

# Cannabis, a nova flor na lapela dos negócios agrícolas do Algarve

O sol do algarve também faz crescer a *cannabis* – planta donde se extrai o haxixe mas que nestas plantações legais serve para tratar doentes oncológicos. A primeira colheita de flores sai antes do Natal

**Idálio Revez**

Chegaram ao Algarve há cerca de três anos, fizeram o trabalho de formiguinha, plantando *cannabis* a pensar na aplicação da planta para fins medicinais. A tarefa de desbravar o terreno da legalização não foi fácil. “Tivemos algumas dificuldades – demoras no licenciamento”, diz Elsa Nascimento, gerente da empresa Cannprisma – Pharma, Ld.ª, que tem um projecto para investir 30 milhões de euros nesta área. “Portugal tem potencial para se tornar num dos maiores exportadores de *cannabis* medicinal na Europa”, enfatiza.

O primeiro lote de flores da Quinta da Fornalha (Castro Marim), com destino ao mercado externo, vai sair até final do ano. A Cannprisma, com capitais exclusivamente portuguesas, é uma das quatro empresas do Algarve autorizadas pelo Infarmed para cultivar, importar e explorar a *cannabis* para fins medicinais. As outras são a Agrivabe – Produção Agrícola Ld.ª, a Grovida, Ld.ª e a Sabores Púrpura, Ld.ª, que se dedicam à produção em quintas situadas a norte da Estrada Nacional (EN125), na Luz de Tavira.

No mercado nacional estão autorizadas, no total, 16 firmas. Em resposta ao PÚBLICO sobre o interesse empresarial nesta área de negócio, o Infarmed esclareceu que deram entrada naquela entidade 92 pedidos de licenciamento de produção desta planta em território nacional. Para já, adiantou, a Tilray Portugal (Coimbra) é a única empresa que está autorizada para o fabrico de preparações e substâncias à base da *cannabis*.

No Algarve, a Cannprisma tem pretensões de vir a ser a próxima, desenvolvendo uma “marca própria de medicamento”. Para isso, adiantou Elsa Nascimento, foram feitos “vários testes e experiências para apurar o tipo de plantas com melhor qualidade”. E também por isso, a componente que a empresária destaca como sendo a “mais importante” é o laboratório, que está a ser montado numa antiga oficina gráfica, em Vila Real de St.º António. “Estamos na fase dos licenciamentos do laboratório”, adianta, estimando que possa estar a funcionar no primeiro semestre do próximo ano.

Uma das condições impostas pela Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde (Infarmed) para efeitos de legalização é a obriga-



**No mercado nacional estão autorizadas, no total, 16 firmas e já deram entrada no Infarmed mais 92 pedidos para a produção desta planta**

**A Cannprisma é uma das quatro empresas no Algarve autorizadas para cultivar cannabis**

ção de conhecer a quem é que o produto vai ser vendido, bem como as condições de cultivo e segurança. “Temos câmaras por todo o lado, dentro das estufas e zonas envolventes, monitorizadas noite e dia”, diz Elsa Nascimento, adiantando que a segurança representa “uma das partes mais significativas do investimento”. Até agora, o projecto já custou 16 milhões de euros.

A plantação de Castro Marim desenvolve-se numa parcela de 10 hectares de uma quinta rodeada de altas condições de segurança. Os funcionários, ao entrarem nas estufas, não

podem usar roupa com bolsos e são controlados em todos os movimentos. O regulamento interno diz ainda que não é permitido o uso de jóias ou relógios, “à excepção de alianças lisas”. A tentação de roubo de sementes pode ser grande: “O risco existe”, admite a gestora.

## Do lixo para a *cannabis*

A empresa familiar, de Alcobaca, foi proprietária de uma sociedade de Reciclagem e Gestão de Resíduos – a Renascimento –, que vendeu a uma multinacional. O que a fez deslocar-se para o Sul? “Foi este sol maravilhoso pois a planta [*cannabis*] precisa, em certas alturas, de 12 horas de luz e os resultados, aqui, são muito bons”.

De acordo com o plano de negócios da empresa, 92,5% a 95% da produção destina-se à exportação. Na componente transformação e incorporação de conhecimento científico, a empresa beneficiou de um apoio de fundos comunitários (Feder) no valor de mais de 2,1 milhões de euros.

Numa primeira fase prevê a extração de 1,5 toneladas, prevendo atingir as 12 toneladas “com a possibilidade de aumentar estas quantidades”. Na área do medicamento, celebrou um protocolo de colaboração com a Universidade do Algarve. Por seu lado, o director regional de

agricultura e pescas do Algarve, Pedro Monteiro, considera “bastante interessante” o cultivo da planta, na medida em que tem “grandes mais-valias em termos económicos e o consumo de água é semelhante à produção de frutos vermelhos. Realça ainda o facto de “exigir agrónomos especializados e outros quadros qualificados” para responder às exigências de um mercado em crescimento.

## Legalização marca passo

A primeira autorização para a plantação de *cannabis sativa* e transformação em pó (com vista à sua utilização na produção de medicamentos no alívio da dor derivada de doença oncológica, na esclerose múltipla e na epilepsia) foi concedida há sete anos à sociedade Terra Verde, Ld.ª, que tem, actualmente, explorações em Setúbal, Évora e Beja. Nos últimos anos multiplicaram-se os interesses pelo cultivo desta planta, quer de estrangeiros quer de portugueses.

Entretanto, em Setembro, um grupo de seis dezenas de personalidades divulgou no PÚBLICO uma carta aberta ao Parlamento, pedindo a regulação do haxixe (a resina da *cannabis*) e da *cannabis* herbácea (marijuana) para fins recreativos.

O director nacional do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD), João Goulão, questionado pelo PÚBLICO, mostrou-se renitente em relação à eventual legalização da droga: “Continuo a ter algumas dúvidas que seja a regulação a melhor forma de reduzir os efeitos nocivos da *cannabis* na população”. O médico sugere prudência: “Estamos a avaliar as experiências de regulação que estão a acontecer no Uruguai e no Canadá, penso que devíamos aguardar ainda algum tempo pelo resultado para tomar decisões.”

Sobre o aumento de empresas a querer investir nesta área para fins medicinais, João Goulão comenta: “Parece que há empreendedores que se estão a posicionar para a eventualidade do mercado para uso recreativo ser regulado e já estão uns passos à frente”. Até porque, sublinha, “a *cannabis* é das substâncias psicoactivas mais consumida em Portugal”. Elsa Nascimento não descarta: “Se temos condições para produzir medicamentos, também poderemos fornecer para fins recreativos, quando tal for autorizado.”